Editora Solução
a solução para o seu concurso!

# UBERABA-MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA – MINAS GERAIS**

## Professor De Educação Infantil

**EDITAL Nº 01/2023**

CÓD: SL-103AG-23
7908433240594

# Português


1. Leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros. Tipologias e gêneros de textos..... 9
1. Tipos de linguagem. ..... 19
2. Figuras de linguagem. ..... 21
3. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. ..... 24
4. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; ..... 25
5. formação de palavras..... 33
6. Concordância verbal e nominal. ..... 35
7. Regência verbal e nominal. ..... 36
8. Colocação pronominal. ..... 38
9. Estrutura da oração e do período: sintáticos e semânticos. ..... 39
10. Acentuação gráfica..... 42
11. Crase. ..... 43
12. Ortografia..... 44
13. Pontuação. ..... 45
14. Variação linguística ..... 47


# Raciocínio Lógico


1. Proposições. Valor-verdade. ..... 55
2. Negação, conjunção, disjunção,..... 56
3. implicação..... 59
4. equivalência..... 60
5. proposições compostas..... 63
6. equivalências lógicas. ..... 65
7. Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados. ..... 66
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais..... 73
9. Diagramas lógicos. ..... 76
10. Tabelas e gráficos. ..... 77


# Conhecimentos Pedagógicos


1. Planejamento Escolar: documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino e o seu Quadro Organizador;..... 85
2. Plano Docente..... 85
3. relação entre o planejamento da aula e o atendimento dos objetivos de aprendizagens, ..... 86
4. relação entre o desenvolvimento das competências gerais e específicas e as estratégias/metodologias utilizadas pelo professor e a avaliação. ..... 86

5. Metodologia para viabilização da aprendizagem: as estratégias de ensino, sua correlação com os recursos didáticos; observação de sala de aula: estratégias de construção de parceria com o pedagogo; plataformas educacionais como meio para desenvolver habilidades. ..... 86
6. a importância das tecnologias aliadas à educação; ..... 88
7. Gestão de Sala de Aula: a importância do Tripé (Organização da Coletividade, Cuidado com as Relações Interpessoais e Mediação do Conhecimento); estratégias de gestão do tempo e da aprendizagem; a importância do clima escolar para a construção do respeito e de um ambiente acolhedor para a formação do estudante. ..... 89
8. Avaliação e a recuperação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa;recuperação de estudos e reavaliação; ..... 90
9. critérios, instrumentos e intencionalidade da avaliação escolar e das avaliações externas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. ..... 106
10. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas desse programa. ..... 106

# Conhecimentos Pedagógicos - Referências

1. BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma abordagem teóricoprática. 2017. ..... 111
2. Editora Penso. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª ed. Porto Alegre: Cortez. 2013. ..... 111
3. SANT'ANA, I. M. Por que Avaliar? Como Avaliar? Critérios e instrumentos. São Paulo: Cortez,2014. 17ª ed. ..... 111
4. VEIGA, I. P. Repensando a didática. São Paulo: Campinas, Papirus, 1993. ..... 112
5. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998 ..... 112

# Noções de Informática

1. Organização de computadores: Sistema de computação. Principais componentes. ..... 117
2. Conversão de base. ..... 120
3. Aritmética computacional. ..... 128
4. Memória principal. Memória cache. Processadores. ..... 131
5. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: Configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); Organização de pastas e arquivos; Operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). ..... 139
6. Editor de texto Microsoft Word 2010: Criação, edição, formatação e impressão; Criação e manipulação de tabelas; Inserção e formatação de gráficos e figuras; Geração de mala direta. ..... 148
7. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2010: Criação, edição, formatação e impressão; Utilização de fórmulas; Geração de gráficos; Classificação e organização de dados. ..... 151
8. Conhecimentos de Internet: Noções básicas; Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet. ..... 157
9. Correio Eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens). ..... 167
10. Conceitos de segurança da informação: Noções básicas. Riscos. Golpes. Ataques. Códigos maliciosos. Spam. Mecanismos de segurança. Contas e senhas. ..... 169
11. Uso seguro da internet. Segurança em computadores, redes e dispositivos móveis, ambiente do Google. ..... 173

# Legislação da Educação


1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) ..... 181
2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ..... 197
3. Plano Nacional de Educação. ..... 233
4. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ..... 247
5. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica ..... 248
6. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância ..... 265
7. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo ..... 268
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ..... 270
9. Legislações Municipais: Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município ..... 270
10. Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba ..... 292
11. Plano Decenal Municipal de Educação de Uberaba - PDME para o decênio 2015-2024 ..... 301
12. Código de Ética Pública da Administração Direta e Indireta do Município de Uberaba ..... 301
13. O Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino de Uberaba ..... 310
14. Regimento Comum das Unidades Escolares ..... 315
15. Currículo da Rede Municipal de Ensino de Uberaba da Educação Infantil e do Ensino Fundamental ..... 315
16. Normas para a Organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Uberaba ..... 315
17. Normas para a Avaliação da Aprendizagem dos Alunos das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Uberaba-MG ..... 317


# Conhecimentos Específicos

## Professor De Educação Infantil


1. Competências específicas da Educação Infantil: BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ..... 323
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) ..... 329
3. Currículo da Rede Municipal de Ensino de Uberaba ..... 332
4. Práticas cotidianas na Educação Infantil; ..... 332
5. Noções sobre o desenvolvimento geral da criança: físico, social, emocional e intelectual ..... 333
6. Noções sobre higiene e saúde infantil ..... 340
7. Recursos didáticos e sua utilização na Educação Infantil ..... 343
8. A brincadeira e a interação como eixos centrais da Educação Infantil; Jogos e brincadeiras ..... 349
9. Pintura, desenho, colagem, teatro, dança e música na Educação Infantil ..... 365
10. Práticas Alfabetizadoras na Educação Infantil ..... 368
11. Consciência fonológica e consciência corporal na Educação Infantil ..... 373
12. Técnicas de contar histórias ..... 383
13. Organização do tempo e do espaço na Educação Infantil ..... 385
14. Processos de aprendizagem na Educação Infantil ..... 389
15. Avaliação na Educação Infantil ..... 391
16. A indissociabilidade do educar e do cuidar na Educação Infantil ..... 394

17. O papel social e a função da Educação Infantil ..... 398
18. o Currículo na perspectiva da inclusão, da diversidade e do direito à aprendizagem ..... 403
19. Projetos pedagógicos na Educação Infantil; ..... 404
20. A avalição da aprendizagem na perspectiva de um Currículo Inclusivo ..... 405
21. A política da Educação Integral e integrada como garantia à formação humana e o desenvolvimento integral da criança ..... 409
22. A Educação Inclusiva: possibilidades e desafios ..... 437
23. Inclusão e diversidade como elementos de garantia do direito à aprendizagem ..... 442

**IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

**CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título "Cachorros", você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

*Fonte: https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/*

**IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**

**Ironia**

Ironia *é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).*

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:

Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

**Ironia verbal**

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

**Ironia de situação**

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

Já o plano de trabalho docente deve contemplar os objetivos de curto, médio e longo prazo, a descrição das metas pretendidas e a definição das etapas de execução, a cada bimestre ou semestre, por exemplo, bem como os cronogramas de execução e de utilização de recursos materiais necessários, como programas de computador, materiais para aulas práticas, recursos para a realização de estudos do meio entre outros.

Com isso, se consideramos o período do letivo, o plano docente deve complementar o planejamento anual, agregando informações de forma a complementá-lo, prevendo acontecimentos e necessidades para cada momento do conteúdo que será trabalhado ao longo do ano, melhorando o processo ensino aprendizagem, tornando-o mais organizado e efetivo.

**RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO DA AULA E O ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGENS,**

O ato de planejar, mais do que organizar o processo ensino aprendizagem e a prática docente, ao definir conteúdos, objetivos e metodologias mais adequadas para um conteúdo específico ou para o conjunto de conteúdos dentro de um componente curricular, é um momento que permite ao professor refletir sobre os objetivos de aprendizagens, sobre a realidade social de seu aluno e a forma como ele utilizará aquele conhecimento ao longo da vida, atribuindo significância à aprendizagem.

Nesse sentido, entende-se o planejamento de aula como fundamental para o êxito do ensino aprendizagem, pois sua ausência pode resultar em aulas monótonas e desorganizadas que reduzam o interesse e prejudiquem a qualidade do resultado final.

Assim, o planejamento é uma atribuição do docente que contempla a organização e a coordenação das atividades didáticas de acordo com os objetivos de aprendizagem propostos, e também, o replanejamento, que vise a revisão e adequação dessas práticas no decorrer do processo, uma vez que esse é dinâmico, pois transforma-se, à medida que o conhecimento do professor sobre a realidade de seus aluno se amplia.

Com isso, pode-se considerar o planejamento de aula um instrumento essencial para a elaboração da metodologia conforme os objetivos pretendidos, sendo adequado a cada turma e flexível ante a necessidade de alteração em prol desses objetivos, bem como ao atendimento das especificidades e diferenças percebidas entre as turmas.

**RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS GERAIS E ESPECÍFICAS E AS ESTRATÉGIAS/METODOLOGIAS UTILIZADAS PELO PROFESSOR E A AVALIAÇÃO.**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece o desenvolvimento de **competências gerais e específicas** a serem desenvolvidas pelos alunos, ao longo do percurso deles através dos sistemas de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

Entende-se por **competência**, **o desenvolvimento de capacidades, habilidades e conhecimentos que preparem o estudante para uma vida adulta participativa, crítica, autônoma, apta a lidar com desafios e para o mercado de trabalho.**

As **competências gerais** versam sobre o desenvolvimento de certos aspectos essenciais para os estudantes a fim de que se atinjam os objetivos propostos como valorizar e se utilizar do conhecimento; o pensamento científico, crítico e criativo; a ampliação do repertório cultural e promoção da diversidade e da pluralidade; a capacidade de comunicação através da utilização de diversas linguagens; a cultura digital; o estabelecimento de metas visando o mercado de trabalho e o projeto de vida; a capacidade de argumentar; a cooperação, a proatividade e o empreendedorismo; a autonomia e o auto cuidado e por fim, a responsabilidade e a cidadania.

No que se refere às **competências específicas**, elas tratam dos conjuntos de conhecimentos e aprendizagens que devem ser adquiridos pelo estudante, em cada componente curricular, ao longo dos três sistemas de ensino.

O trabalho com as competências exige **mudanças metodológicas no trabalho em sala de aula e na avaliação**, uma vez que não só o acúmulo de informação é considerado, mas o **desenvolvimento integral do aluno**, preparando-o para uma vida adulta autônoma, em sociedade e para o mercado de trabalho.

Dessa forma, a adoção de **metodologias ativas colaborativas** substituem as tradicionais aulas expositivas, uma vez que tiram o aluno da passividade e transferem a ele o protagonismo do processo, fazendo com que o professor passe a ser um orientador que conduz o estudante na aprendizagem. Dentre as metodologias ativas colaborativas podemos citar o trabalho com projetos, a metodologia investigativa e a resolução de problemas.

A partir da adoção dessas novas estratégias, **outros aspectos precisam ser avaliados** como a participação, a iniciativa, o convívio com a diversidade de opiniões, a liderança, a capacidade de resolver conflitos, a cooperação, a argumentação dentre muitas outras, levando à diversificação do processo de **avaliação** que assume **caráter formativo e contínuo**, por meio das atividades realizadas, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento das competências, identificando dificuldades e planejando práticas específicas.

**METODOLOGIA PARA VIABILIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM: AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO, SUA CORRELAÇÃO COM OS RECURSOS DIDÁTICOS; OBSERVAÇÃO DE SALA DE AULA: ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE PARCERIA COM O PEDAGOGO; PLATAFORMAS EDUCACIONAIS COMO MEIO PARA DESENVOLVER HABILIDADES.**

**— As estratégias de ensino e sua correlação com os recursos didáticos**

**Definições**

De modo geral, as estratégias de ensino constituem métodos empregados pelos professores para auxiliar os alunos na construção do saber. Tais métodos são elementares para que se possa extrair o melhor rendimento do aluno, auxiliando-o na aquisição e fixação o conteúdo que foi lecionado.

Quanto ao recurso didático, é um material, um instrumento que pode ser utilizado de maneiras diversas. Por isso, o recurso não apresenta orientações de uso (como um manual de instrução) com uma propriedade ou funcionalidade pedagógica definida.As possibilidades de utilização do recurso didático são estipuladas

**– Motivos para Avaliar:** Ao questionar "Por que avaliar?", a autora pode estar tratando das justificativas pedagógicas, sociais e administrativas para a avaliação. Em um sistema educacional orientado por resultados, entender o propósito da avaliação é fundamental.

**– Metodologias de Avaliação:** "Como avaliar?" provavelmente conduz o leitor a uma exploração das diferentes técnicas e abordagens de avaliação, desde testes escritos até avaliações formativas, portfólios e observações diretas.

**– Critérios de Avaliação:** Definir critérios claros é essencial para garantir que a avaliação seja justa e relevante. Sant'Ana possivelmente discute a importância de alinhar os critérios de avaliação aos objetivos de aprendizagem.

**– Instrumentos de Avaliação:** Aqui, a obra pode abordar os diferentes meios pelos quais a avaliação pode ser realizada, como provas, questionários, trabalhos, apresentações, entre outros, e como escolher o mais adequado para cada situação.

Para educadores, estudantes de pedagogia e demais interessados na área educacional, esta obra de Ilza Martins Sant'Ana é uma leitura essencial. Ela não apenas oferece uma base teórica sólida sobre avaliação, mas também fornece diretrizes práticas para implementar avaliações eficazes e significativas. Ao compreender os porquês e como da avaliação, os educadores podem criar ambientes de aprendizado mais responsivos e centrados no aluno.

**VEIGA, I. P. REPENSANDO A DIDÁTICA. SÃO PAULO: CAMPINAS, PAPIRUS, 1993.**

"Repensando a Didática", de Ilma Passos Alencastro Veiga, é uma obra que busca revisitar e refletir sobre os fundamentos e práticas da didática no contexto educacional brasileiro. Publicado pela Editora Papirus em 1993, o livro traz à tona discussões importantes acerca das concepções, objetivos e métodos didáticos, considerando as transformações sociais, culturais e pedagógicas que influenciam a educação.

Temas Principais:

**– Conceito e Evolução da Didática:** Veiga provavelmente começa pela definição de didática, sua importância e como esse campo do conhecimento evoluiu ao longo dos anos, especialmente no Brasil.

**– Desafios Contemporâneos da Didática:** A autora pode discutir os desafios que os professores enfrentam na contemporaneidade e como a didática pode ser revista e adaptada para atender a esses desafios.

**– Relação entre Teoria e Prática:** Ilma Veiga sempre foi uma defensora de que a teoria e a prática na educação não são dicotômicas, mas sim complementares. É possível que ela explore essa relação no contexto da didática.

**– Inovações Metodológicas:** Tendo em vista o título "Repensando a Didática", a obra pode se aprofundar em novas abordagens e métodos didáticos que vão além dos modelos tradicionais, buscando maior engajamento e aprendizado significativo por parte dos alunos.

**– Formação de Professores:** A formação docente é uma área de interesse de Veiga. Nesse livro, ela pode abordar a necessidade de uma formação que prepare os educadores para lidar com as complexidades da sala de aula, dando-lhes ferramentas didáticas eficazes.

"Repensando a Didática" é uma leitura essencial para todos os que estão inseridos no campo educacional, seja como estudantes de pedagogia, educadores em formação ou profissionais atuantes. A obra de Ilma Passos Alencastro Veiga propõe reflexões profundas sobre o ato de ensinar e convida os leitores a se engajarem em uma revisão crítica e construtiva da didática. É uma oportunidade de se atualizar e reavaliar as práticas pedagógicas à luz das demandas e transformações da educação contemporânea.

**ZABALA, A. A PRÁTICA EDUCATIVA: COMO ENSINAR. PORTO ALEGRE: ARTMED, 1998**

O livro "A Prática Educativa - Como Ensinar", de Antoni Zabala, publicado pela editora Artmed em 1998, é uma obra fundamental para a compreensão da prática educativa como um processo reflexivo e crítico, voltado para a formação de cidadãos ativos e conscientes.

Zabala propõe uma abordagem da prática educativa que considere a complexidade e a diversidade dos contextos em que ela ocorre, bem como as diferentes dimensões envolvidas no processo educativo, como os objetivos, os conteúdos, as metodologias e a avaliação.

O autor enfatiza a importância da reflexão crítica sobre a prática educativa, que envolve o questionamento das práticas estabelecidas e a busca por soluções criativas e inovadoras. Ele propõe uma abordagem baseada na problematização, que parte das experiências e vivências dos alunos e busca construir novos conhecimentos a partir delas.

Zabala também destaca a importância da diversidade cultural e da valorização das diferenças na prática educativa, bem como a necessidade de se promover uma educação que vá além do ensino de conteúdos específicos, buscando formar cidadãos críticos e ativos.

Em resumo, o livro de Zabala apresenta uma proposta de prática educativa reflexiva e crítica, que valoriza a diversidade cultural e promove a formação de cidadãos conscientes e ativos. Ele destaca a importância da reflexão sobre a prática educativa e da busca por soluções criativas e inovadoras, além de enfatizar a necessidade de se promover uma educação que vá além do ensino de conteúdos específicos.

desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.(Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII docaputdeste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.(Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5oO acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1oO poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas nocaputdeste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do§ 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6oÉ dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto noart. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII docaputdo art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)(Vide parágrafo único do art. 2)

## TÍTULO IV
## DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:(Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A- estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;(Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educa-

tenção e segurança.

## CAPÍTULO V
## DA REMISSÃO

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e conseqüências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Art. 127. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e a internação.

Art. 128. A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou do Ministério Público.

## TÍTULOIV
## DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; (Redação dada dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar;

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do pátrio poder poder familiar . (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor. (Incluído pela Lei nº 12.415, de 2011)

## TÍTULOV
## DO CONSELHO TUTELAR

## CAPÍTULO I
## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. (Redação dada pela Lei nº 13.824, de 2019)

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a vinte e um anos;

III - residir no município.

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

I - cobertura previdenciária; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

III - licença-maternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

IV - licença-paternidade; (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

V - gratificação natalina. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.696, de 2012)

## CAPÍTULO II
## DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua compe-

• **Corpo, gestos e movimentos** – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

• **Traços, sons, cores e formas** – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

• **Escuta, fala, pensamento e imaginação** – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

• **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.


Editora Solução
a solução para o seu concurso!

sa a querer ouvi-la várias vezes por se identificar com a personagem ou com algo semelhante ao que vive naquele momento, sendo este um motivo para se trabalhar histórias que abordam temas do cotidiano como morte, laços familiares desfeitos e outros conflitos que falam de desenvolvimento.

A prática de contar histórias é uma arte que forma a criança em todos os aspectos, inclusive preparando-a para o exercício da cidadania. Muitas crianças não têm contato com diversidade de materiais de leitura ou com adultos leitores tornando responsabilidade da escola o contato com a literatura através da contação de histórias para oportunizar a estas a interação significativa com textos cuja finalidade vai além da resolução de possíveis problemas cotidianos.

Participar a criança do mundo das letras é proporcionar conhecimentos que não se extinguem. As histórias infantis e os contos de fadas não são limitados a uma época apenas ou a uma única cultura, mas é um instrumento de vivências emocionais que favorecem a vida em sociedade, principalmente no meio escolar.

A escolha deste tema se deve à abrangência e às possibilidades que contar histórias e contos de fadas propiciam ao desenvolvimento de todos os aspectos da criança, principalmente, através do estímulo à função simbólica.

**Aplicabilidade das histórias na Educação Infantil**

Piaget[28] concebe o desenvolvimento como uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para outro de maior equilíbrio, explicando assim, o desenvolvimento como uma equilibração progressiva e que a atividade mental não pode e não está separada do funcionamento total do organismo. O mesmo autor sugere períodos distintos para o desenvolvimento: período sensório motor; período pré-operatório; período operatório concreto e período formal; mas, não considera estes períodos de maneira rígida ou determinante para o desenvolvimento intelectual. O autor acredita que o desenvolvimento ocorre através da interação contínua com o meio físico e social que possibilita uma constante adaptação da realidade externa à realidade interna, o que leva em consideração o desenvolvimento afetivo.

À medida que a criança se desenvolve ocorre maior atuação dela na realidade e isso é favorecido pela ampliação de sua capacidade de representação e de interação. Para essa construção progressiva da inteligência é que se faz necessário reconhecer o papel da Função Simbólica que favorece suas relações dos procedimentos didáticos com suas necessidades internas. O ato de contar histórias está presente no cotidiano humano de diferentes classes sociais ou em culturas distintas sendo passado através das gerações com o objetivo de encantar a todos com a magia que representa. A origem das histórias e os gêneros literários são variados, mas possuem a mesma função: Atender à imaginação e aos anseios humanos de responder dilemas como medo, alegria, perdas, angústias e outros.

Há reflexões e discussões sobre a origem da Literatura Infantil, mas todas caminham para a compreensão atual do significado da leitura para a aprendizagem do sistema que capacita as crianças a ler e escrever. Percebe-se que os contos e as histórias utilizadas nas práticas sociais e como procedimentos didáticos em escolas infantis utilizam a mesma linguagem do inconsciente. As histórias utilizam a linguagem simbólica, mencionada como parte do desenvolvimento humano e chamada de Função Simbólica, que atua diretamente na criança e que não carece de explicações ou de esclarecimentos. A criança forma em sua mente imagens que irão conversar com personagens que surgem nas histórias.

A criança, através da Função Simbólica, entende a linguagem dos símbolos que estão contidas nas histórias e que proporcionam uma viagem aos seus sentimentos inconscientes e imaginários, distantes ou possíveis de serem expressos através do pedido: 'conta outra vez!' Todas as crianças carecem do lúdico para compreender o mundo que as cerca, e ouvir histórias se torna um meio de compreender e traduzir este mundo, além da facilitar a compreensão de sentimentos que não sabe definir, mas que estão presentes.

Segundo Fernandes[29], a literatura infantil funciona como um jogo em torno da linguagem e pode suscitar o prazer e emoções, além do divertimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil salienta a importância de diversas situações de leitura para o domínio da linguagem, assim tornando o momento das histórias como procedimento pedagógico para a percepção da função social que a leitura, o livro e as histórias têm na facilitação da compreensão do meio oral e escrito. O livro é um instrumento de recreação e entretenimento para as crianças, além de fonte inesgotável de formação e conhecimento através dos momentos de contar histórias.

Para completar o pensamento defendido e apresentado no Referencial Curricular é que Antunes[30] defende que as crianças devem ter contato com o livro para cumprir seu objetivo de ser atrativo e fascinante como são as histórias que gostam de ouvir e participar. Ocorre aí a estimulação à exploração das diferentes linguagens, do contar, ouvir e criar novas histórias.

**A leitura literária na sala de aula da Educação Infantil**

O educador tem um grande desafio em relação às mudanças na sociedade, desse modo, é na escola que a criança tem o contato com os contos infantis, garantindo sua independência, perante o adulto quando a mesma alcança a capacidade de ler. Ler tem de ser algo bom, um prazer, nunca visto como um sacrifício tem de ser sempre desejado, tornando a leitura algo que faça.

Para Cavalcanti[31], o leitor infantil pode ser muito facilmente envolvido pelo momento de ouvir a história, desde que este momento seja bem conduzido. Pensando nisso, para narrar a história de forma sedutora, prazerosa e envolvente o contador - no caso o educador - precisa ser apaixonado pelo mundo do faz-de-conta, pois estar comprometido afetivamente com a narrativa é ponto principal, isso porque a história precisa ser contada com sentimento, entrega e partilha.

Assim, para o autor, o bom contador de história é alguém que possui a virtude natural para fazer da palavra o canto mágico das narrativas. Dessa forma, podemos dizer que a história leva a criança para um passado misterioso, o instiga para o futuro onde se pode viajar pelas galáxias, ou seja, é possível ir até onde sua imaginação chegar.

Quando realizamos a leitura ou contamos uma história, o fazemos através de um gesto voluntário de buscar um preenchimento que nos envia um prazer, nos mantendo em sintonia com a descoberta do novo. Sendo assim, o gosto pela leitura é algo que se provoca pelo afeto, o gosto e o prazer são recursos essenciais que

28 *PIAGET, Jean.* **Seis estudos de psicologia**. *Rio de Janeiro, Forense, 2002*

29 *FERNANDES, D. L.* **A literatura infantil**. *São Paulo, Loyola, 2003.*

30 ANTUNES, W. de A. Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com a literatura infantil. São Paulo: Global, 2004.

31 *CAVALCANTI, Joana. Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. 3° Ed. São Paulo: Paulus, 2009.*



Editora Solução
a solução para o seu concurso!

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Em seu Art. 55 dispõe que "os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. "

***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)***

Os municípios brasileiros receberam, a partir da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais, Lei nº. 9.394, de 20/12/1996, a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 17 anos de idade, ou seja, da oferta da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, para todas as crianças e jovens que neles residem. Assim, passou a ser responsabilidade do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sócio geográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

***Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Decreto n°*** 3.298 (1999)

A política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência prevista no Decreto nº 3.298/99 adota os seguintes princípios:

Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;

Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

No que se refere especificamente à educação, o Decreto estabelece a matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares, a consideração da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino, a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino, dentre outras medidas (Art. 24, I, II, IV).

***Plano Nacional de Educação (2014)***

A Lei n° 13.005/2014, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

O Plano Nacional de Educação estabelece objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, que dentre eles, destacam-se os que tratam:

- Da garantia ao atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

- De priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica

- De desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

- Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

- De garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

- De implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

***Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001)***

Em 08 de outubro de 2001, o Brasil através do Decreto 3.956, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Ao instituir esse Decreto, o Brasil comprometeu-se a:

1. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (...):

a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e às atividades políticas e de administração;

2.Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas:

a) prevenção de todas as formas de deficiência;

b) detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência;

c) sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

***Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001)***

A Resolução CNE/CEB n° 02/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que manifesta o compromisso do país com "o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos".

**62.** No período de adaptação, é comum as mães dizerem que se sentem culpadas por estarem "abandonando" seus filhos na creche. A postura que a instituição deve ter é a de:

(A) observá-las;
(B) orientá-las;
(C) evitá-las;
(D) testá-las;
(E) questioná-las.

**GABARITO**

| | |
|---|---|
| 1 | **C** |
| 2 | **B** |
| 3 | **D** |
| 4 | **A** |
| 5 | **B** |
| 6 | **C** |
| 7 | **A** |
| 8 | **A** |
| 9 | **C** |
| 10 | **C** |
| 11 | **E** |
| 12 | **E** |
| 13 | **A** |
| 14 | **C** |
| 15 | **C** |
| 16 | **C** |
| 17 | **C** |
| 18 | **C** |
| 19 | **B** |
| 20 | **D** |
| 21 | **B** |
| 22 | **C** |
| 23 | **B** |
| 24 | **A** |
| 25 | **ERRADO** |
| 26 | **CERTO** |
| 27 | **CERTO** |
| 28 | **A** |
| 29 | **E** |
| 30 | **B** |
| 31 | **D** |
| 32 | **C** |
| 33 | **C** |
| 34 | **ERRADO** |
| 35 | **C** |
| 36 | **D** |
| 37 | **CERTO** |
| 38 | **D** |
| 39 | **D** |
| 40 | **ERRADO** |
| 41 | **CERTO** |
| 42 | **C** |
| 43 | **E** |
| 44 | **D** |
| 45 | **A** |
| 46 | **A** |
| 47 | **ERRADO** |
| 48 | **CERTO** |
| 49 | **B** |
| 50 | **E** |
| 51 | **E** |
| 52 | **D** |
| 53 | **E** |
| 54 | **D** |
| 55 | **C** |
| 56 | **ERRADO** |
| 57 | **CERTO** |
| 58 | **C** |
| 59 | **C** |
| 60 | **E** |
| 61 | **D** |
| 62 | **B** |